

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL**

MARCELO CAVADINHA

**DIÁLOGOS EM QUESTÃO SOCIAL E PSICOLOGIA: PERSPECTIVAS PARA UMA
ATUAÇÃO CRÍTICA**

**MATINHOS
2016**

MARCELO CAVADINHA

**DIÁLOGOS EM QUESTÃO SOCIAL E PSICOLOGIA: PERSPECTIVAS PARA UMA
ATUAÇÃO CRÍTICA**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de pós-graduação em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Angelin

**MATINHOS
2016**

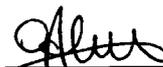
PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Orientador, Professor Doutor **PAULO EDUARDO ANGELIN**, realizaram em **04/06/2016** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do estudante **MARCELO CÔRREA CAVADINHA BARBOSA**, sob o título "*Diálogos em Questão Social e Psicologia: Perspectivas para uma Atuação Crítica*", sendo quesito parcial para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo recebido conceito "APL".

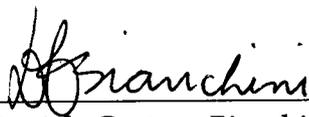
Matinhos, 04 de junho de 2016.



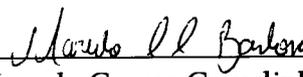
Prof. Dr. Paulo Eduardo Angelin



Profª. Dra. Giselle Ávila Leal de Meirelles



Esp. Daniela Caetano Bianchini de
Quadros



Marcelo Correa Cavadinha Barbosa
Estudante

Conceitos de aprovação

APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação

APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE SE REGISTRAR NO VESTIBULAR OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



RESUMO

O presente artigo busca estabelecer diálogos entre a questão social e a psicologia, para reflexões sobre uma atuação profissional crítica. O trabalho se desenvolve a partir de um breve apanhado histórico sobre o significado da questão social, com auxílio de autores em sua maioria do Serviço Social. Posteriormente, contextualiza o surgimento e construção da ciência psicológica e da psicologia social. Ademais, faz apontamentos para o enfrentamento da questão social a partir da psicologia baseada no método materialista histórico-dialético: a psicologia sócio-histórica.

Palavras-chave: Questão Social. Psicologia Social. Psicologia Sócio-Histórica.

ABSTRACT

This article seeks to establish dialogue between the “social issue” and Psychology, raising a discussion on the role of a critical professional. The paper develops from a brief historical overview of the significance of the social issue, with authors mostly from Social Service. Later, contextualizes the emergence and construction of psychological science and Social Psychology. Moreover, it discusses the confrontation of social issues from the perspective of the historical-materialist Psychology: Sociohistorical Psychology.

Key-words: Social Issue. Social Psychology. Sociohistorical Psychology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UM BREVE APANHADO HISTÓRICO E CONCEITUAL.....	7
3 CIÊNCIA PSICOLÓGICA E PSICOLOGIA SOCIAL: CRISE E APONTAMENTOS PARA A CRÍTICA.....	16
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	25

1 INTRODUÇÃO

É inegável a importância da formação continuada para a melhoria e fundamentação da prática para profissionais de todas as áreas de conhecimento. Sabemos que a atuação do psicólogo não mais se restringe ao consultório particular, ao contrário, o profissional se encontra inserido numa vasta gama de atividades nos setores público e privado. Para nós que trabalhamos na perspectiva assistencial essa constante formação torna-se ainda mais relevante.

Apontamos para a importância da existência de programas de formação lato sensu gratuitos dentro das universidades, tendo em vista a tendência a gradual mercantilização dessa fatia da educação. Por esse caráter, acreditamos também na necessidade da presença de programas críticos de formação, em consonância com perspectiva da emancipação humana.

Nesse contexto, este trabalho surge não só como síntese desse processo de formação pro forma mas também como síntese de inquietações teórico-metodológicas e de tentativas de estabelecimento de diálogos no sentido da reflexão sobre a nossa prática principalmente nos serviços assistenciais.

Ao longo deste trabalho utilizaremos de apanhado bibliográfico, iniciando pela compreensão da “questão social” – termo que dá o título ao curso – fruto da necessidade de tornar explícito o “lugar” de onde será realizada nossa discussão, evitando assim o uso do termo de forma casual ou descolado de sua construção teórica. Além disso, buscamos as reflexões e contribuições dessa matéria para a nossa atuação crítica. No próximo momento, buscamos aproximar a área de conhecimento da psicologia que mais teria pontos de encontro ao tema gerador, no caso a psicologia social na perspectiva sócio-histórica.

A partir dessa estrutura temos como objetivo traçar um paralelo entre os temas, explicitando as condições de seu surgimento e desnaturalizando as relações sociais que aparecem como fundo. Utilizaremos também como problemas norteadores para este trabalho as seguintes perguntas: a) qual é relevância/atualidade da discussão sobre a questão social no grau de desenvolvimento da nossa sociedade?; b) qual é o papel da psicologia no que tange ao enfrentamento da questão social nos locais de atuação? Pretendemos, com os limites e possibilidades deste trabalho, minimamente tocar nessas questões para que este cumpra seus objetivos.

2 QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UM BREVE APANHADO HISTÓRICO E CONCEITUAL

Para que se cumpra os objetivos deste artigo, consideramos relevante o resgate teórico da discussão em torno da questão social. Diferente de um “estado da arte” sobre o tema, acreditamos ser fundamental partirmos das análises de autores de referência na área, principalmente dos estudiosos do Serviço Social para compreensão geral da questão e contextualização histórica no sentido da desnaturalização das relações sociais.

Para Netto (2001), a questão social é ponto “saliente, incontornável e praticamente consensual” (p.151) no campo do Serviço Social. O autor enfatiza que a atualidade da questão social se coloca tanto para as assistentes sociais de campo quanto aquelas que se ocupam com a formação das novas gerações de profissionais, no entanto, necessita de esforços para compreensão de seus diferentes sentidos.

Em sua forma aparente, Guerra et al. (2007) afirma que as manifestações da “questão social” chegam para as assistentes sociais, dentre outras, através de demandas de moradia, de creches, de alimentação, de trabalho, de leitos hospitalares, de assessoria aos movimentos sociais e de orientação às organizações. Para a autora as profissionais têm entre os seus fundamentos históricos os instrumentos para enfrentar a questão, no entanto, apenas a busca pela fundamentação “permite investir na desnaturalização das novas e antigas expressões da ‘questão social’ e na compreensão do tipo de relação social determinante na nossa sociedade” (p. 2)

Netto (2001) aponta que o uso dessa categoria seria recente, sendo inicialmente utilizada e divulgada há cerca de cento e setenta anos por críticos da sociedade e filantropos de variadas perspectivas políticas. O autor explica que o termo surge no início do século XIX para dar conta do fenômeno experimentado na Europa Ocidental – após os impactos de uma primeira onda industrializadora¹ o –

¹ “O tear e a máquina a vapor constituem a base técnica da Primeira Revolução Industrial, que se estende até meados do século XIX. Para Hobsbawm (2005), entre 1815 e 1840, a maior expressão dessa revolução no berço do capitalismo mundial, a Inglaterra, ficou praticamente restrita à indústria têxtil, pois embora presente em outros ramos produtivos seu impacto foi, do ponto de vista comparativo, bastante reduzido. Várias razões justificam esse fato, sendo as mais importantes o volume bem maior de trabalhadores empregado na indústria têxtil e o peso econômico desta na economia inglesa.” (SANTOS, 2012, p. 35)

denominado pauperismo.

Em suas formulações sobre as transformações da “questão social” Castel (1995 apud GUERRA et al., 2007) observou a existência, ainda no século XIV, de uma parcela da população caracterizada enquanto indigentes, inválidos, dispensados do trabalho por motivo de doença, idade e viuvez, com certo grau de acesso à medidas assistenciais; além dos indigentes válidos, vagabundos e afins – indivíduos aptos ao trabalho, mas sem direito à assistência. Porém, segundo o autor tal “fenômeno” ainda não seria compreendido enquanto expressão da questão social.

Sobre tal caracterização, Santos (2012) destaca que não se designa como questão social “a desigualdade e a pobreza indistintamente e sim aquelas que têm sua existência fundada pelo modo de produção capitalista” (p. 28). Para a autora, isso se deve ao reconhecimento das outras formas de configuração dos fenômenos que o antecedem, a exemplo do escravismo e do feudalismo, portanto, “A diferença entre esses modos de produção e o capitalismo está em que, neste último, sua existência é única e socialmente produzida” [...] (SANTOS, 2012, p. 29).

Diante disso, no contexto do desenvolvimento do capitalismo em seu estado industrial, Netto (2001) afirma que apesar da desigualdade entre camadas sociais e a conseqüente polarização entre ricos e pobres – além da diferença da apropriação da riqueza social – não ser uma novidade, a dinâmica da pobreza tornava-se radicalmente nova.

Netto (2001) explicita a contradição entre essa nova condição – expressa pelo pauperismo – e o aumento da capacidade produtiva da sociedade industrializada:

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. (p. 153)

Fruto do fenômeno da pauperização, a concepção de questão social vai demonstrar ao longo de seu desenvolvimento o seu caráter sócio-político. Como explica Netto (2001), os pauperizados não se conformaram a sua situação de “vítimas do destino”, ao contrário, engendraram diversas formas de resistência a ordem colocada – desde a violência até a organização classista.

Castel (1995 apud GUERRA et al., 2007) analisa que nas sociedades

anteriores – de caráter camponês – essa camada de pauperizados não representava necessariamente uma ameaça a ordem vigente, dadas as características da sociabilidade e da estrutura social naquele momento. Para o autor, a crescente complexificação da estrutura e dos laços sociais geraram as primeiras intervenções da sociedade sobre si mesma, quando entre os séculos XIV e o século XVIII, nas sociedades pré-industriais ocorre o crescimento da massa pauperizada.

Para Castel (1995 apud GUERRA et al., 2007) essa massa a princípio indiferenciada gerou um processo gradativo de cunho revolucionário que vai dar base para a compreensão da “questão social”:

O protagonismo dos atores sociais, o proletariado pauperizado, no cenário da época, altera, portanto, o estatuto do pauperismo para “questão social”. Isso põe no centro a luta de classe como fator determinante do surgimento da “questão social” enquanto tal e a necessária consciência política da classe trabalhadora de que somente a superação da sociedade capitalista permite a supressão da “questão social” (p. 04)

Em paralelo, contextualiza Netto (2001), a partir da segunda metade do século XIX o termo “questão social” é apropriado gradualmente por autores e pensadores do pensamento conservador. Ele explica que entre as implicações desse processo estão a perda do nexos entre economia e sociedade, ou seja, da compreensão da relação entre desenvolvimento do capitalismo e pauperização e a crescente naturalização desse processo.

Netto (2001) delimita ainda esse campo conservador entre autores laicos e autores confessionais. Ambos encontram complementaridade político-prática e caminham juntos no processo que legitima a naturalização dos produtos da questão social e os desdobramentos no sentido de seu enfrentamento. Sobre isto, ele postula o seguinte:

[...] em ambos o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a propriedade privada dos meios de produção. Mais precisamente: o cuidado com as manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômica-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar. (NETTO, 2001, p. 155)

Netto (2001) reitera que nesse período de transformações no nível da consciência política dos “pauperizados” - quando o caráter antagônico dos interesses das classes fundamentais fica claro diante dos embates lá colocados –

acarreta a exclusão de uma ideia de “conciliação” entre as partes. Para o autor, tal consciência política produto de processo de lutas da vanguarda da classe trabalhadora relaciona diretamente o termo “questão social” à sociedade burguesa e seu funcionamento, conduzindo a lógica de que somente a supressão de uma acarretaria a supressão da outra.

Netto (2001) diferencia ainda a consciência política da classe com a compreensão teórica que ocorreria até o final do século XIX com a organização e produção dos estudos de Karl Marx, que jogaria luz sobre a complexidade do problema da questão social a partir do estudo minucioso do processo de produção do capital.

A análise de Netto (2001) a partir de Marx coloca que a questão social é produzida compulsoriamente no desenvolvimento do capitalismo, assim como diferentes estágios do capitalismo produzem diferentes manifestações da questão social. Portanto, a questão social é constitutiva do sistema capitalista, não sendo possível suprimir uma conservando a outra. Além disso, Marx revela que a questão social é determinada pela característica peculiar da relação capital-trabalho denominada exploração.

Netto (2001) problematiza, no entanto, que a exploração não é um traço exclusivo do modo de produção capitalista, tendo em vista a sua existência em contextos anteriores. O que diferencia a exploração no capitalismo é sua efetivação nos marcos do antagonismo e da contradição, como explica o autor:

Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podiam suprimir [...] na ordem burguesa constituída, decorrem de uma *escassez produzida socialmente*, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação) (NETTO, 2001, p. 158)

No que se refere a resposta política e enfrentamento da questão social, Guerra et al. (2007) afirma que a leitura aprofundada da obra de Marx vai apontar para a compreensão da necessidade de superação do conceito de emancipação política fruto da Revolução Burguesa para outra forma de emancipação:

O equívoco a que a ordem burguesa nos leva [...] é o de identificar emancipação política com emancipação humana, o que permite restringir o processo histórico aos marcos da sociedade burguesa. MARX faz a crítica ao fato de que, mesmo reconhecendo sua importância, a emancipação política

faz surgir o cidadão, sujeito de interesses e necessidades egoístas. (p. 04)

Para o autor a libertação política torna-se um meio para realização de fins particulares e individuais, no entanto, Marx caracteriza a verdadeira emancipação não somente a partir da crítica deste tipo de sociedade, mas de sua forma burguesa, fundada sobre da apropriação privada da riqueza social (GUERRA, 2007). A autora reforça o posicionamento de Marx no sentido do enfrentamento da questão social:

A emancipação humana, incorporando a emancipação política, vai muito além desta, a contradiz e a nega, porque supõe precisamente a supressão do fundamento dessa emancipação política. Aqui fica evidente que a cidadania burguesa (a garantia de direitos sociais) não pode ser fim, mas meio para a superação da propriedade privada. Isto posto, pode-se inferir que somente a análise marxiana é capaz de demonstrar a necessária supressão da propriedade privada dos meios de produção. (p. 04).

Dado o papel fundamental da classe trabalhadora no processo de análise da questão social e sua transformação a partir do fenômeno do pauperismo, Guerra et al. (2007) destaca também o papel do Estado nesse processo a partir dos estudos de Castel. Para o autor, principalmente a partir do século XX, a sociedade goza do crescimento econômico no modelo capitalista e observa a transformação do papel do Estado diante dessa configuração, que passa a cumprir funções econômicas e sociais. Segundo Castel, o Estado atuou em três principais frentes: sistema de proteção social, regulação econômica e certa manutenção da ordem social (GUERRA et al., 2007).

Pinheiro e Dias (2009) explicam ainda que, segundo Castel, desde o século XIV existiram intervenções do Estado, tanto de caráter assistencial voltadas a indivíduos indigentes quanto de cuidado da ordem pública, estando o acesso a política assistencial condicionado ao fato do indivíduo estar apto ou não ao trabalho.

Para Castel (1995 apud PINHEIRO; DIAS, 2009) a diferença para a questão social na fase do capitalismo industrial refere-se ao surgimento de novos atores e novos conflitos: “Assim sendo, o lugar do social é visto entre organização política e o sistema econômico, deixando clara a necessidade de construir sistemas de regulação não mercantil com o objetivo de tentar preencher esse espaço. Neste ponto, surge a questão do papel que o Estado é chamado a desempenhar.” (p. 04)

De acordo com Pinheiro e Dias (2009) no período posterior a Guerra² essa

2 “Na sequência da Segunda Guerra Mundial, e no processo de reconstrução econômica e social que então teve curso, especialmente na Europa Ocidental, o capitalismo experimentou o que alguns economistas franceses denominaram de ‘as três décadas gloriosas’ [...] mesmo sem erradicar as suas crises periódicas, o regime do capital viveu uma larga conjuntura de crescimento econômico.

articulação economia-sociedade parecia ter encontrado uma solução satisfatória e aparentemente definitiva na forma de Estado Social³, associando as esferas privada e social, desenvolvimento e direitos sociais, além do mercado e Estado. As autoras reiteram que, nesse contexto, o Estado agiria em diferentes frentes: proteção social generalizada e manutenção do equilíbrio tanto macroeconômico quanto da relação dos atores envolvidos no processo de crescimento.

O Estado passa a atuar também em outros âmbitos da produção e reprodução social, tais como, educação, saúde pública, planejamento dos recursos, urbanismo e planejamento familiar, no entanto, quando a questão social parecia ter as respostas para sua dissolução essa trajetória foi interrompida (PINHEIRO; DIAS, 2009).

Segundo Netto (2001), essa ruptura vai ocorrer a partir da década de 1970 com importantes modificações na dinâmica capitalista e um esgotamento de sua onda de expansão. Entre os fatores dessa mudança o autor destaca a diminuição das taxas de lucro, fato este condicionado também pela organização do movimento operário e suas sucessivas conquistas nos anos anteriores. A resposta, por outro lado, se deu de forma política – com ofensivas de repressão aos movimentos sindicais e ofensivas ideológicas - além da econômica. Essas ofensivas referem-se a uma conjunção de diferentes processos, tais como, a globalização e o política neoliberal, desembocando na erosão do Estado de Bem-Estar e no surgimento - já no contexto do capitalismo “globalizado” de uma suposta “nova questão social”.

De acordo com Pastorini (2007), os defensores da perspectiva da “nova questão social” afirmam que as mudanças ocorridas no mundo capitalista representam uma ruptura com o período industrial e com questão social até então colocada a partir do século XIX, na Europa Ocidental. Segundo a autora, o surgimento de novos sujeitos com novas necessidades levaram diferentes teóricos a apontarem para o surgimento de uma nova questão social de fato: “Assim, hoje estaríamos em presença de uma crise de ordem filosófica que questionaria a base de sustentação do Estado-providência: o princípio de solidariedade e a própria

(NETTO, 2001, p. 158)

³ “A construção do Welfare State [Estado de Bem-Estar] na Europa nórdica e nalguns países da Europa Ocidental, bem como o dinamismo da economia norte-americana (desde a Segunda Guerra, o carro-chefe do capitalismo mundial), pareciam remeter para o passado a ‘questão social’ e suas manifestações – elas eram um quase privilégio da periferia capitalista, às voltas com seus problemas de ‘subdesenvolvimento’ (NETTO, 2001, p. 159)

concepção de direitos sociais” (PASTORINI, 2007, p. 17).

Pastorini (2007) destaca que nesse debate se propagaria a discussão de que

o marxismo seria um paradigma em crise (portanto, suas explicações não dariam mais conta da ‘nova’ realidade) e, por outro, [...] que a relação de assalariamento não serviria mais como elemento central de integração na sociedade contemporânea; dessa forma, seria necessário o estabelecimento de ‘novos contratos sociais’ para poder restabelecer os vínculos de solidariedade (p. 19).

Netto (2001) afirma, no entanto que, do ponto de vista teórico essa concepção não resistiria ao “exame rigoroso na esteira da crítica da economia política marxiana” (p. 160); de ponto de vista sócio-político significaria um retrocesso “ao nível das utopias conservadoras do século XIX” (idem), com contratos sociais baseados em vínculos de solidariedade ilusórios.

O autor nega, portanto, a existência de qualquer “nova questão social”, mas convoca para a investigação, para além das manifestações tradicionais, das novas expressões da questão social. Para ele, a dinâmica específica desta sociedade repete suas características constitutivas, a exemplo da exploração, no entanto, vai gerar expressões diferenciadas e mais complexas na medida que esta se intensifica, pois não deixa de ser sua “razão de ser” (NETTO, 2001).

Pastorini (2007) contribui para a investigação ao reafirmar que o período em questão trouxe profundas transformações para o mundo capitalista: “nos seus padrões de produção, de acumulação e de concorrência, implicando ‘novos’ desafios tanto para os Estados e seus governos, quanto para os setores que representam o capital e para as classes trabalhadoras” (p. 28-29). Ademais, na medida em que ocorrem mudanças no mundo trabalho, mudam também as formas de produção, de organização de classe e de direitos conquistados (PASTORINI, 2007)

Em relação ao Estado, Pastorini (2007) aponta para o encolhimento da regulação estatal como uma das principais mudanças ocorridas nesse contexto neoliberal:

Lembremos que é o Estado de bem-estar aquele que o neoliberalismo pretende limitar. A proposta neoliberal aponta para o fim do “Estado interventor”, para redução do gasto público destinado às políticas sociais, para a desregulação das condições de trabalho, para o controle cada vez maior do capital sobre o trabalho; reservando a participação do Estado para salvaguardar a propriedade e ‘liberdades’, intervindo naqueles âmbitos nos quais o mercado não pode ou não quer (por não ser atrativo, do ponto de vista da lucratividade) dar resposta. (p. 40-41)

Portanto, segundo Pastorini (2007), para os pensadores neoliberais apenas o estado mínimo poderia proteger as liberdades individuais e garantir a igualdade de oportunidades entre os mesmos; apenas numa sociedade em que não há intervenção do Estado e liberdade de mercado, os indivíduos poderão se desenvolver plenamente optando sobre suas trajetórias. A autora problematiza tanto o conceito de igualdade quanto o de liberdade para todos, pois mesmo iguais perante a lei, na prática os indivíduos não teriam acesso igualitário às ditas oportunidades.

Apesar de não hegemônica, a visão que aponta para a necessidade de desnaturalizar esses processos sociais parece ponto consensual entre os autores da perspectiva marxista.

Iamamoto (2014) em síntese retoma o conceito de pauperismo para Marx como resultado do trabalho, ou seja, fruto do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, portanto específico da produção capitalista. Para a autora, a partir dessa concepção é possível explicitar que a pobreza não se trata apenas de um problema de distribuição de renda, mas reflete a própria produção, “em outros termos, refere-se à distribuição dos meios de produção e, portanto, às relações entre as classes, atingindo a totalidade da vida dos indivíduos sociais, que se afirmam como inteiramente necessitados tanto na órbita material quanto espiritual (intelectual, cultural e moralmente).” (p. 160)

De acordo com Iamamoto (2014) as transformações do Estado Social apenas aprofunda esse processo, com o “desmonte” das políticas públicas e dos serviços, retirando gradualmente a responsabilidade deste na garantia da vida de um grande contingente da população.

Para a autora a questão social expressa “portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (IAMAMOTO, 2014, p. 160); alienando amplos segmentos da sociedade ao acesso aos bens produzidos pela humanidade. Tal processo, no entanto, não ocorre sem que haja “tensão”, o que vai se expressar nos diversos embates e lutas por reconhecimento de direitos individuais e de grupos sociais; campo de disputas este em que as assistentes sociais vão se inserir (IAMAMOTO, 2014).

Nesse contexto é que o Serviço Social enquanto especialização do trabalho vai ser fundado; atuando nas instituições públicas e privadas por meio ações

sócioassistenciais – além de serviços educativos de cunho político-ideológicos – interferindo, assim, nas mais diversas expressões da questão social em diferentes âmbitos da vida dos indivíduos em sociedade (IAMAMOTO, 2014).

3 CIÊNCIA PSICOLÓGICA E PSICOLOGIA SOCIAL: CRISE E APONTAMENTOS PARA A CRÍTICA

Para esta etapa do desenvolvimento do nosso trabalho necessitamos novamente fazer a devida contextualização da base do surgimento desse campo de estudo e atuação das psicólogas e psicólogos. Não diferente do processo de fundamentação do termo “questão social”, encontramos no desenvolvimento da nossa sociedade as condições para o desenvolvimento da ciência psicológica e consequentemente da psicologia social.

Como fruto do desenvolvimento dessa forma específica de sociedade, a psicologia vai apresentar contradições e crises ao longo de seu desenvolvimento. Na medida em que surge como necessidade de uma classe específica, vai sofrer também das pressões e tensões presentes no antagonismo colocado pelo capitalismo.

De acordo com Martins (2008), desde sua origem no final do século XIX umas das principais características da psicologia seria a de contemplar uma variedade de objetos, métodos e bases epistemológicas, configurando, portanto, uma ciência multifacetada, afirmando a existência não de uma mas de várias psicologias. A autora observa que tal abrangência reflete tanto a hegemonia da lógica característica do campo científico na época, quanto as demandas advindas da consolidação da classe burguesa no poder.

Tuleski (2004) aponta para a necessidade histórica do surgimento da psicologia, ao passo que a sociedade burguesa ao realizar a revolução coloca o homem no centro da discussão, lugar antes ocupado por Deus no Antigo Regime. Para a autora, a filosofia não mais poderia debruçar-se sobre a relação Deus-Homem como foco central, nem perder-se em elaborações metafísicas sobre a natureza do ser humano. Ao contrário, deveria conhecer e descrever suas características como faziam as ciências da natureza. Na história do capitalismo nasce também a noção de eu e de individualização; fortalece-se a ideia e sentimentos do “eu” privado, consequentemente, se consolida a necessidade de uma ciência que estude esse sentimento (BOCK, 2001).

Bock (2001) reitera que todas as transformações decorrentes da ascensão da classe burguesa dão as condições históricas para o surgimento da ciência moderna e posteriormente da psicologia. Segundo a autora, a ciência desse período é

colocada como experimental, empírica e quantitativa; caracterizada pela ênfase na razão humana, buscando desvendar as leis da natureza através de método científico rigoroso livre dos valores e crenças do cientista.

Paralelamente a esse contexto, apenas em 1875 é que Wundt vai distinguir a psicologia como ciência, tendo como objeto a experiência consciente (BOCK, 2001). Tuleski (2004) destaca em seu desenvolvimento, as marcas dos dualismos da ciência psicológica, tais como, objetividade-subjetividade, normal-patológico, social-individual e orgânico-mental. Sem instrumentos metodológicos ainda à época para superar tais dicotomias, Wundt sugere a psicologia por duas vias: a Psicologia Experimental e a Psicologia Social (BOCK, 2001).

Almeida (2012) analisa, a partir da história, o caráter da dicotomia colocada pelo fundador da ciência psicológica e seus desdobramentos para o desenvolvimento da psicologia social. O autor explica que tal divisão fundamentou duas psicologias com objetos e métodos de análise diferentes:

A Psicologia experimental se baseava na introspecção como método de análise usado no laboratório para analisar certos comportamentos do indivíduo e da dinâmica da consciência, enquanto a segunda se fundamentaria na análise de religiões, mitos e produtos culturais em geral. Wundt estabeleceu essa diferença por acreditar que os processos mais profundos do psiquismo e suas produções culturais decorrentes não poderiam ser analisados experimentalmente (ALMEIDA, 2012, p. 127).

Almeida (2012) compreende que o método experimental de Wundt fundamenta verdadeiramente uma “psicologia da experiência”, na medida em que utiliza da interferência e da manipulação do pesquisador em relação ao objeto em questão, além de investigações indiretas através de relatos e estudos etnológicos. O autor aponta para o posicionamento de Wundt quanto a impossibilidade de se estudar os processos psíquicos superiores por meio de experimentos, o que gera fortes críticas da vertente positivista em consolidação na época.

Tal repúdio de Wundt ao positivismo possibilitou o fortalecimento de uma perspectiva em psicologia social centrada na individualização do social a partir de teorias e correntes fundamentadas em experimentos e no próprio positivismo, como observadas no behaviorismo e cognitivismo. Esse processo ocorre principalmente no contexto norteamericano, colocando a psicologia – e a psicologia social – cada vez mais próximas das ciências naturais (FARR, 1998 apud ALMEIDA, 2012).

Almeida (2012) caracteriza, portanto, a psicologia social norteamericana

enquanto individualizante do social. O behaviorismo – hegemônico por volta dos anos de 1930 – por entender que a psicologia do indivíduo poderia dar base para compreender a sociedade; e o cognitivismo – que surge com a imigração de pensadores a partir da ascensão de Hitler na Europa – por manter o caráter a-histórico da divisão entre indivíduo e sociedade.

Diante desse quadro histórico do desenvolvimento da psicologia social a partir da perspectiva norteamericana, é preciso atentar para as respostas que ocorrem em nível mundial, tanto na Europa quanto na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil. Gouveia (2015) aponta que a “crise” da psicologia social se dá a partir de meados dos anos 1960 e 1970, em oposição a forma hegemônica de produção de conhecimento e práticas nos Estados Unidos, com críticas em relação a forma do fazer científico e a ênfase dada para a prática da psicologia social. Em síntese, se passou a colocar em cheque, entre outras, a impossibilidade de uma ciência imparcial; aplicabilidade e o impacto da psicologia para a sociedade; a necessidade de integração entre pesquisa aplicada e básica; além do caráter das “interações humanas” como histórico e passível de transformação a partir de mudanças socioculturais (GOUVEIA, 2015).

No Brasil não foi diferente, segundo Gouveia (2015), discutiu-se também a necessidade de construir uma psicologia relevante e problematizar a centralidade que a perspectiva norteamericana tomava. O autor explica, no entanto, que a discussão que tomou corpo entre estudiosos de diferentes linhas da psicologia social no país foi a relação entre ciência e política. Enquanto o principal representante da psicologia social formado nas escolas norteamericanas pleiteava a necessidade do fazer científico “neutro”, com ênfase nas metodologias experimentais e estatísticas; surge em oposição a perspectiva de uma psicologia que não separasse teoria e prática e que fosse comprometida com a transformação social, portanto, política.

Almeida (2012) e Bock (2007) corroboram que essa psicologia social – com posicionamento ético-político – no Brasil teve influência fundamental de perspectivas críticas e dos estudos marxistas, tendo Sílvia Lane⁴ como uma de suas principais figuras no campo dessa disputa. Com base nesses autores, se percebe uma justaposição em grande parte do surgimento da psicologia social de oposição a

4 Professora da PUC-SP durante cerca de 40 anos. Sílvia ensinou e pesquisou em Psicologia Social, a partir da perspectiva sócio-histórica. Fundou a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Publicou livros em Psicologia Social e foi uma referência importante nesta área e na Psicologia Social Comunitária, que se desenvolveu no Brasil a partir da década de 80.

psicologia social hegemônica norte-americana e do surgimento da psicologia que vai ser denominada sócio-histórica.

Parte da discussão potencializada pela autora diz respeito não só a crítica em relação a psicologia produzida no contexto norte-americano, mas também de estudo mesmo da subjetividade, objetividade e o papel dos valores (BOCK et. al., 2007). Lane enquanto professora terá papel fundamental também na concatenação de um grupo de diversos autores latinos no sentido da construção dessa nova perspectiva:

[...] o desenvolvimento das pesquisas no curso de pós-graduação e as relações na América Latina se uniram enquanto aspectos fundamentais para a construção da nova perspectiva em Psicologia Social. Uma perspectiva que, segundo Sílvia Lane, deveria começar explicitando uma nova concepção de homem na psicologia: um homem social e histórico. E, para compreender esse homem e como as determinações históricas estão em relação com ele, seria necessário um outro método. O materialismo histórico e dialético será o método que ela vai adotar e desenvolver na psicologia social (BOCK et. al., 2007, p. 49).

Tal posicionamento teórico-metodológico é o que vai servir como base para a produção do trabalho de Lane e dos autores brasileiros e latinos que seguirão nas décadas seguintes. Em contraponto ao materialismo positivista da psicologia social norte-americana, sob a luz da neutralidade, o método usado pelos psicólogos sócio-históricos, produziria uma visão comprometida com a transformação social, resgatando a historicidade dos indivíduos e grupos desde a produção do conhecimento através de metodologias como a pesquisa-ação e a pesquisa-participação⁵ (ALMEIDA, 2012; BOCK et. al., 2007).

Finalmente, nesse processo de construção de uma nova psicologia para o campo social, vai ser a descoberta do trabalho dos psicólogos russos Vigotski, Luria e Leontiev que dará base para o salto de qualidade que levou à fundamentação dos instrumentos básicos para a atuação; a partir de categorias como a consciência, a atividade e a identidade (BOCK et. al., 2007).

Devemos salientar que essas categorias encontram-se em estados bastante diversos de elaboração e organização por estudiosos latino-americanos e brasileiros, no entanto, não serão exploradas como parte deste trabalho; elas são incorporadas

⁵ “A concepção de pesquisa participante anulava toda discussão sobre a neutralidade da ciência e do pesquisador. Tratava-se, então, de discutir o compromisso social do pesquisador.” (BOCK et. al., 2007, p. 50)

não só nos estudos da questão social, mas permeiam fortemente discussões na psicopatologia, saúde comunitária, educação, entre outras áreas. Destacamos, porém, algumas considerações de Vigotski em relação ao processo de construção da ciência psicológica.

Vigotski analisaria já em 1927, em trabalho intitulado “O significado histórico da crise da Psicologia”, a necessidade de propor princípios gerais fundamentais, além da construção de coerência teórico-metodológica para a ciência psicológica. Vigotski compreende que as psicologias presentes até aquele momento – cada qual com seu objeto de estudo e enfoque – não contemplaria uma psicologia verdadeiramente científica, pois seriam calcadas em dimensões parciais ou fragmentadas do ser humano (MARTINS, 2008).

O autor defende, no entanto, que não bastaria negar esses objetos diversos mas que o problema estaria no método. Ele vai encontrar no materialismo histórico-dialético a base para a formulação no sentido de uma “psicologia geral” e mesmo não sendo sua intenção fundar uma nova escola da psicologia, acaba por dar condições para o surgimento de uma psicologia “marxista” (MARTINS, 2008).

Sawaia e Maheirie (2014) ressaltam o contexto de construção do pensamento de Vigotski, que informado com a situação da ciência da sua época, visava colaborar com a formação de um novo “homem” fruto da revolução socialista:

Aquele era um momento em que as principais escolas teóricas reduziam a psicologia a um único princípio explicativo (inconsciente, comportamento, reflexo condicionado, cognição), como se fossem excludentes uns aos outros. Assim, impõe-se a meta de construir “O Capital” da psicologia, criando conceitos como unidade de análise à semelhança da “mercadoria” - uma unidade mínima que preserva as propriedades do todo [...] Sua meta, portanto, significava operar um deslizamento metodológico dos conceitos psicológicos, promovendo o enraizamento deles na organização histórico-social e, dialeticamente, do social no psiquismo.

Diante disso, para além das categorias de análise, podemos compreender que a psicologia sócio-histórica – fundada diante desse problema metodológico – busca uma maior coerência entre o fazer científico e a sua atuação prática.

Devemos levar em consideração que a atuação crítica da psicologia sócio-histórica pretende se configurar para além da intenção do pesquisador/profissional, pois carrega em seus fundamentos teórico-metodológicos a possibilidade de crítica (BOCK, 2001). Entendemos, portanto, que não se trata apenas de uma escolha pessoal sobre uma determinada técnica psicológica mais apropriada mas de um

posicionamento teórico-político que desdobrará numa atuação diferenciada.

Dentre os trabalhos desenvolvidos pela psicologia social crítica podemos destacar a atuação comunitária, tendo como exemplo a atuação de Sílvia Lane nessa ponte entre academia e comunidade. Bock (2007) coloca que autora criticava a inadequação das teorias hegemônicas a nossa realidade:

Sua preocupação básica em construir uma psicologia social voltada para a realidade brasileira e latinoamericana, com vistas a contribuir para a superação das desigualdades e das situações de opressão, demandava uma construção teórica que permitisse compreender o homem como participante do processo social. Nesse sentido, entendia que o conhecimento da psicologia deveria levar à compreensão dos mecanismos que provocam a alienação e contribuir para ampliar a consciência dos homens. Sua teoria sobre o psiquismo teve essa direção. (p. 49)

Como já explicitado anteriormente, o principal instrumento para a superação desses limites da psicologia positivista seria a introdução do método materialista histórico-dialético na análise do indivíduo em sociedade e na produção conhecimento psicológico. Entretanto, outro aspecto importante na obra de Lane – que será utilizado por outros estudiosos na área – que podemos destacar é o papel central do processo grupal na emancipação humana.

Para autora, o indivíduo isolado identifica o seu problema ou necessidade como exclusivo; mas é no grupo onde há a possibilidade de percepção desses problemas como semelhantes entre si e muitas vezes decorrentes das próprias condições sociais daquele contexto. Ela defende que a organização coletiva, em contraponto a ação individual possibilitaria a resolução de problemas ou a satisfação de necessidades comuns; cada grupo sendo responsável pelo seu processo específico, baseado nas condições reais de vida e suas particularidades (MARTINS, 2007).

De acordo com Martins (2007), no sentido da efetivação de uma psicologia comunitária de fato emancipatória e geradora de consciência, portanto, Lane vai discutir o papel central do processo grupal para a superação desse individualismo enraizado nas relações. Sobre e os mecanismos envolvidos nesse processo Lane (1996 apud Martins, 2007) postula:

As diversas experiências comunitárias vêm apontando para a importância do grupo como condição, por um lado, para o conhecimento da realidade comum, para a auto-reflexão e, por outro, para a ação conjunta e organizada. Em outros termos, estamos falando da consciência e da atividade – categorias fundamentais do psiquismo humano... Sintetizando, o psicólogo na comunidade trabalha fundamentalmente com a linguagem e

representações, com relações grupais – vínculo essencial entre o indivíduo e a sociedade – e com as emoções e afetos próprios da subjetividade, para exercer sua ação ao nível da consciência, da atividade e da identidade dos indivíduos que irão, algum dia, viver em verdadeira comunidade. (p. 79)

Em síntese, a autora demonstra que o processo grupal é permeado por diversos aspectos, incluindo as emoções e os afetos; e como estes são fundamentais para o desenvolvimento humano e da prática da psicologia comunitária. Além disso, Lane coloca que o processo grupal vai reproduzir contradições próprias da sociedade, tais como, as relações de dominação e de poder; muitas vezes representadas pelas figuras de líderes ou coordenadores, podendo interferir ou restringir no processo de expressão de pensamentos e emoções no pequeno grupo (MARTINS, 2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se retomarmos nossas questões iniciais, a atualidade do estudo da questão social provavelmente será o ponto mais tranquilo. A partir do apanhado histórico do tema é evidente a necessidade de um olhar sobre suas diversas manifestações, tendo em vista o forte pulsar das contradições fundamentais da nossa sociedade – que mesmo em constante transformação ou com novas roupagens – continua baseada na exploração de uns sobre outros.

A assistente social enquanto profissional convocada a atuar neste campo da questão social encontra vasta possibilidade de intervenção, sendo incorporada a lógica dos serviços assistenciais. Da mesma forma, a psicologia foi provocada a sair de seu consultório e pensar uma prática diferente da que lhe é prescrita.

Consideramos que a atualidade da questão social – para além de suas expressões – se configura enquanto esse ponto de encontro de disciplinas e olhares, não restrito apenas aos dois profissionais citados, mas a todos aqueles capazes de intervir sejam eles cientistas sociais, médicos, enfermeiros, pedagogos ou engenheiros.

Existe a noção comum que valoriza a potência da atuação a partir de olhares diversos (interdisciplinar?); somos levados cotidianamente a acreditar nesse potencial nos nossos locais de trabalhos com nossas equipes. No entanto, quais seriam as condições para que de fato ocorram trocas de saberes? Quais são os nossos outros pontos de encontro? A questão social seria realmente um deles?

No que se refere a atuação da psicologia frente a questão social, acreditamos que este trabalho auxilia ao indicar uma possibilidade coerente – não a única. A psicologia social apresentada aqui encontra em seu método de pesquisa, análise e intervenção na realidade, condições suficientes para o enfrentamento dos problemas trazidos pelo público atendido nos locais onde estamos inseridos: nos serviços assistenciais como ambulatórios de saúde mental, CAPS, CRAS e CREAS, hospitais, escolas e universidades, além dos sindicatos, ONGs, organizações políticas e comunidades de diferentes configurações.

A importância do trabalho grupal para a construção de uma psicologia social crítica e as contribuições teóricas no tema nos levam a concluir que o trabalho nessa perspectiva nos possibilita de fato uma desnaturalização dos processos de “interação” social. Como demonstrado, estes se dão num contexto social sob

condições específicas; ideia que nos provoca uma constante auto-observação e autocrítica em relação as nossas próprias (pre)concepções acerca da atuação nos nossos locais.

Ademais, na medida em que leva em consideração os processos afetivos e emocionais, não só torna o processo menos “mecânico” e frio, mas nos deixa a tarefa também de refletir sobre as implicações do nosso trabalho nesse contexto; em último caso não estamos lidando apenas com condições históricas abstratas mas com seres históricos concretos.

Finalmente, cabe ressaltarmos a necessidade constante do aprimoramento das nossas análises e estudos, pois sendo a questão social e o fenômeno psicológico expressões de seu contexto histórico-social, as transformações e novas condições colocadas exigem novas reflexões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, L. P. Para uma caracterização da psicologia social brasileira. *Psicologia: ciência e profissão*, 32 (num. especial) 2012, p. 124-137. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500009>
- BOCK, A. M. B. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: *A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo, Cortez, 2001, p. 15-35.
- BOCK, A. M. B.; FERREIRA, M. R.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. Sílvia Lane e o Projeto do Compromisso Social da Psicologia. *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 2: 2007, p. 46-56. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500018>
- GOUVEIA, V. V. Psicologia Social como Ciência e Prática: O que Pensam Pesquisadores Brasileiros? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Out-Dez 2015, Vol. 31 n. 4, pp. 491-500. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v31n4/1806-3446-ptp-31-04-00491.pdf>>
- GUERRA, Y; ORTIZ, F. S. G.; VALENTE, J.; FIALHO N. O debate contemporânea da “questão social”. In: *Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luís – MA, 28 a 30 de ago 2007. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/mesas/31faf46bb74c9b64aa7dYolanda_fatima_Joana_Nadia.pdf>
- MARTINS, L. Márcia. *Introdução aos fundamentos epistemológicos da psicologia sócio-histórica*. In: *Sociedade, Educação e Subjetividade: Reflexões temáticas à luz da Psicologia sócio-histórica*. Ed. Cultura Acadêmica, Unesp, 2008
- MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. Psicologia social e processo grupal: a coerência entre fazer, pensar sentir em Sílvia Lane. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19,n. Spe2, p. 76-80, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500022&lng=en&nrm=iso>
- NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. Brasília, 2001, p. 151-163.
- PASTORINI, A. As mudanças na sociedade contemporânea e a “questão social”. In: *A Categoria “Questão Social” em Debate*. São Paulo, Cortez, 2007, p. 16-44.
- PINHEIRO, L. I. F.; DIAS, G. O. Questão Social: um conceito revisitado. In: *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, fev. 2009. Disponível em: <www.eumed.net/rev/cccss/03/fpod.htm>
- SANTOS, J. S. Elementos para entender a concepção e a gênese da “questão social” In: *“Questão Social”: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 25-47.

SAWAIA, Bader Burihan; MAHEIRIE, Kátia. A psicologia sócio-histórica: um referencial de análise e superação da desigualdade social. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. Spe2, p. 1-3, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000600001&lng=en&nrm=iso>

TULESKI, S. C. *Reflexões sobre a Gênese da Psicologia Científica*. In: Crítica ao fetichismo da individualidade. DUARTE, N. (org.). Campinas, SP: Autores Associados, 2004.